
Editorial

Raquel Baltazar*

Centre for Public Administration and Public Policy (CAPP, ISCSP), Universidade de Lisboa, Portugal

O volume 8, número 1 da revista Ciências e Políticas Públicas / Public Sciences & Policies (PS&P) assinala uma nova jornada na história da revista. A uma nova equipa e renovada política editorial, junta-se uma nova imagem. Pretende-se reforçar uma identidade que nos distinga e afirme junto da comunidade científica. Por isso, afirmamos uma política de revisão por pares comprometida com a ética e com um alto padrão de qualidade nas suas publicações. As políticas de publicação da PS&P baseiam-se nas diretrizes do Comité de Ética em Publicação.

Este volume assinala a transição para uma publicação interdisciplinar mais desafiante que se consolida como uma referência nas áreas das ciências sociais e políticas. A dimensão estratégica da revista aposta no diálogo entre a ciência política, políticas públicas, administração pública entre outras áreas das ciências sociais. Esta responsabilidade é acentuada por uma preocupação com a cidadania sustentável e a justiça social como é apresentado nas contribuições que compõe o presente volume.

Leonardo Secchi, Joaquim Croca Caeiro e Ricardo Ramos Pinto dissertam sobre “Duzentos anos de reformas administrativas em Portugal e em Espanha: da administração patrimonialista à gestonária” apresentando uma análise comparativa das reformas administrativas dos governos na Península Ibérica. O artigo examina as doutrinas das reformas, as justificativas e os seus valores subjacentes, a liderança de *policy* e os estilos e instrumentos de implementação, bem como a indução externa e as resistências contra a sua efetivação.

* Contacto da Autora: rbaltazar@iscsp.ulisboa.pt

No artigo intitulado “Desafios da Governação e Metagovernação Pública: de uma análise teórico-histórica à sua aplicação ao caso português”, Luís Mota apresenta uma revisão crítica sobre as temáticas da governação e metagovernação e os principais desafios no contexto português com um enfoque nas questões históricas. O artigo reflete sobre o carácter híbrido da governação pública em Portugal a partir das influências da tradição administrativa napoleónica e das ideias reformistas da Nova Gestão Pública e pela Nova Governação Pública.

Ana Sofia Amandio em “A avaliação dos fundos europeus em Portugal” realiza um estudo sobre a avaliação do principal instrumento da Política de Coesão no Portugal Europeu. A partir de uma extensa base documental composta por legislação nacional e comunitária (1986-2014), analisa a institucionalização da avaliação dos fundos europeus na administração pública, focando em especial, os atores e as regras da avaliação.

Juan Santarcángelo em “Is there a new State in Latin America? Lessons after Covid-19” compara as políticas públicas tomadas por dez diferentes governos latino-americanos para enfrentar a pandemia. O artigo divulga que a pandemia revelou as deficiências estruturais geradas por décadas de neoliberalismo na região e demonstra que só através de uma profunda transformação no Estado é que os países periféricos se prepararão para enfrentar desafios semelhantes.

No artigo “Dirigentes Intermédios na Administração Pública no Setor da Saúde – formação acessória em gestão/administração e em competências de liderança”, Paulo Antunes apresenta a relação entre a formação acessória em gestão/administração e as competências de liderança numa amostra representativa do plano nacional dos Dirigentes Intermédios a exercer na Administração Pública no Setor da Saúde. Infere que devido à formação se apresentam níveis mais elevados nas competências de liderança, promovendo as Culturas de liderança organizacional nos sentidos da Inovação, Objetivos e Regras, e o Foco na Flexibilidade, para os ambientes Interno e Externo.

Finalmente no artigo “Rethinking Instability: Imbalances between indigenous powers and state collapse in Guinea-Bissau”, Claudia Favarato analisa a recorrente instabilidade política como efeito do processo de africanização do poder na Guiné-Bissau. Uma situação que se encontra relacionada com a etnicização do poder (desempenhado pelo grupo étnico Balanta) e Estado disfuncional (alegações de corrupção, clientelismo, personalismo e hiper-presidencialismo), as quais combinam na identificação duma classe política escassamente preparada para o cargo, comprometida na apropriação indébita de poder e recursos.

Dada a natureza desta revista, este volume é transversal a diferentes temáticas discorrendo sobre reformas administrativas, governação e metagovernação, avaliação dos fundos europeus, desafios da pandemia, administração Pública no Setor da Saúde, e instabilidade política.

Assim, a contribuição destes seis artigos oscila entre reflexões críticas sobre o passado e o presente, propondo avançar com estratégias orientadores em direção a uma maior justiça social e consciencialização da necessidade de intervenções interdisciplinares junto à sociedade civil.